

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 949.551 - SP (2016/0181038-8)

RELATORA : **MINISTRA NANCY ANDRIGHI**
AGRAVANTE : **ADRIANA ALVES DE OLIVEIRA**
AGRAVANTE : **RICARDO GRANDO TINOCO**
ADVOGADOS : **MARCUS VINICIUS PERELLO - SP091121**
GISELE HEROICO PRUDENTE DE MELLO E OUTRO(S) - SP185771
AGRAVADO : **CARINE SOARES BENTO**
AGRAVADO : **GIULIANA ISABELLA**
ADVOGADOS : **PAULO RANGEL DO NASCIMENTO - SP026886**
ELAINE FONTENELLE E OUTRO(S) - SP100305

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE DISSOLUÇÃO DE SOCIEDADE COM APURAÇÃO DE HAVERES. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. NÃO OCORRÊNCIA. VIOLAÇÃO DOS ARTS. 165 E 458, II, DO CPC. INOCORRÊNCIA. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA 282/STF. FUNDAMENTO DO ACÓRDÃO NÃO IMPUGNADO. SÚMULA 283/STF. PEDIDO DE DISSOLUÇÃO PARCIAL DE SOCIEDADE REALIZADO EM RECONVENÇÃO. POSSIBILIDADE.

1. Ausentes os vícios do art. 535 do CPC, rejeitam-se os embargos de declaração.
2. Devidamente analisadas e discutidas as questões de mérito, e fundamentado corretamente o acórdão recorrido, de modo a esgotar a prestação jurisdicional, não há que se falar em violação dos arts. 165 e 458, II, do CPC.
3. A ausência de decisão acerca dos dispositivos legais indicados como violados impede o conhecimento do recurso especial.
4. A existência de fundamento do acórdão recorrido não impugnado – quando suficiente para a manutenção de suas conclusões – impede a apreciação do recurso especial.
5. É possível a realização de pedido de dissolução parcial de sociedade, em reconvenção, nos autos de ação de dissolução de sociedade com apuração de haveres. Precedentes.
6. Agravo conhecido. Recurso especial parcialmente conhecido e, nesse extensão, parcialmente provido.

DECISÃO

Cuida-se de agravo em recurso especial interposto por ADRIANA ALVES DE OLIVEIRA E OUTRO, contra decisão que negou seguimento a recurso especial fundamentado, exclusivamente, na alínea "a" do permissivo constitucional.

Agravo em recurso especial interposto em: 03/11/2014.

Concluso ao gabinete em: 25/08/2016.

Ação: de dissolução de sociedade e apuração de haveres proposta por Carine Soares Bento e Outra em face de Adriana Alves de Oliveira e Outro.

Sentença: julgou o pedido procedente, em parte, e a reconvenção procedente para determinar a exclusão das autoras-reconvindas da sociedade com a apuração de seus haveres em liquidação de sentença por arbitramento.

Acórdão: negou provimento ao recurso dos Réus e deram parcial provimento ao recurso das autoras, nos termos da seguinte ementa:

"DISSOLUÇÃO DE SOCIEDADE COMERCIAL. Reconvenção. Incompatibilidade de ritos. Extinção. Dissolução decretada com data base da distribuição da ação. Cautelar julgada procedente. Nulidade de citação afastada. Réus que foram citados nos autos principais e acompanharam todo o procedimento principal que estava apensado. Recurso dos réus desprovido e provido em parte o recurso das autoras." (e-STJ, fl. 726)

Embargos de Declaração: foram rejeitados.

Recurso especial: alega violação dos arts. 165, 292, § 2º, 315, 458, II, e 535, II, do CPC/73 e 1.029 do CC/02, bem como dissídio jurisprudencial. Além de negativa de prestação jurisdicional, sustenta que, havendo pedido de naturezas distintas, a ação segue o procedimento ordinário. Alega que é possível o pedido de dissolução parcial, em reconvenção, por ser conexo ao da ação principal. Por fim, defende que a manifestação de vontade das autora em se retirarem da sociedade deu-se em 17/02/2005, devendo ser considerada essa data para a dissolução da sociedade.

RELATADO O PROCESSO, DECIDE-SE.

Julgamento: aplicação do CPC/73.

- Da violação do art. 535 do CPC/73

É firme a jurisprudência do STJ no sentido de que não há ofensa ao art. 535, II do CPC/15 quando o Tribunal de origem, aplicando o direito que entende cabível à hipótese soluciona integralmente a controvérsia submetida à sua apreciação, ainda que de forma diversa daquela pretendida pela parte.

A propósito, confira-se: AgInt nos EDcl no AREsp 1.094.857/SC, 3ª Turma, DJe de 02/02/2018 e AgInt no AREsp 1.089.677/AM, 4ª Turma, DJe de 16/02/2018.

No particular, verifica-se que o acórdão recorrido decidiu, fundamentada e expressamente acerca dos supostos pontos omissos e contraditórios (cabimento da reconvenção), de maneira que os embargos de declaração opostos pela parte agravante, de fato, não comportavam acolhimento.

Assim, observado o entendimento dominante desta Corte acerca do tema, não há que se falar em violação do art. 535 do CPC/73.

- Da violação dos arts. 165 e 458, II, do CPC/73

Devidamente analisadas e discutidas as questões de mérito, e fundamentado suficientemente o acórdão recorrido, de modo a esgotar a prestação jurisdicional, não há que se falar em violação dos arts. 165 e 458, II, do CPC/73.

- Da ausência de prequestionamento

O acórdão recorrido não decidiu acerca dos art. 1.029 do CC/02, indicado como violado, não tendo a agravante oposto embargos de declaração com vistas a suprir eventual omissão perpetrada pelo Tribunal de origem.

Por isso, o julgamento do recurso especial é inadmissível. Aplica-se, na hipótese, a Súmula 282/STF.

- Da existência de fundamento não impugnado (art. 292, § 2º, do CPC/73)

O agravante não impugnou o fundamento utilizado pelo TJ/SP, no sentido de que, em razão do rito especial da ação de dissolução de sociedade o pedido acerca da titularidade da marca ou denominação "Frizzé" não foi analisado, razão pela qual deve ser mantido o acórdão recorrido. Aplica-se, na hipótese, a Súmula 283/STF.

- Da jurisprudência consolidada do STJ.

O STJ possui entendimento firmado no sentido de que é possível

o deferimento do pedido de dissolução parcial de sociedade, realizado em reconvenção, quando a ação pede a dissolução total da sociedade com apuração de haveres. Confira-se os seguintes precedentes:

"Dissolução parcial. Sociedade por cotas de responsabilidade limitada. Reconvenção. Pagamento dos haveres. Previsão contratual. Precedentes da Corte.

1. A ausência de intimação para oferecer contestação à reconvenção não ensejou qualquer prejuízo ao autor reconvinco, isto porque o pedido formulado na reconvenção foi atendido na própria ação de dissolução proposta pelo reconvinco, decretada a dissolução, apenas, parcial da sociedade. Não há, portanto, ofensa ao artigo 316 do Código de Processo Civil.

3. Conforme jurisprudência desta Corte, a regra geral é a de que os haveres do sócio que se retira da sociedade devem ser pagos na forma prevista no contrato, salvo se existente alguma peculiaridade com força para afastar este entendimento, o que não ocorre no presente caso.

4. Os paradigmas que servem de apoio ao dissídio devem estar no especial, apresentados de forma regular, não servindo, para tanto, paradigma posteriormente juntado.

5. Recurso especial não conhecido." (REsp 450.129/MG, TERCEIRA TURMA, julgado em 08/10/2002, DJ 16/12/2002, p. 327)

"DISSOLUÇÃO DE SOCIEDADE. EXTENSÃO DO PLEITO INICIAL. APURAÇÃO DE HAVERES. CRITÉRIOS. RECURSO ESPECIAL INADMISSÍVEL.

- Os pedidos interpretam-se restritivamente (art. 293 do CPC).

Autores que se cingem a postular a dissolução da sociedade e o prosseguimento do feito na forma da lei. Acolhimento da reconvenção que pleiteara a dissolução parcial, com a exclusão dos sócios dissidentes. Impertinência, ademais, do invocado art. 282 do CPC.

- Tocante à apuração de haveres, ausente o requisito do prequestionamento acerca dos temas relacionados com os arts. 183 e 516 do CPC. Incidência do verbete sumular nº 211-STJ. Dissídio jurisprudencial também não aperfeiçoado.

Recurso especial de que não se toma conhecimento." (REsp 59.418/CE, QUARTA TURMA, julgado em 31/08/1999, DJ 29/11/1999, p. 164)

Forte nessas razões, CONHEÇO do agravo e, com fundamento no art. 932, III e V, "a", do CPC/2015, bem como na Súmula 568/STJ, CONHEÇO

PARCIALMENTE do recurso especial e, nessa extensão, DOU-LHE PARCIAL PROVIMENTO para determinar o retorno dos autos ao Tribunal de origem para que julgue a matéria apresentada na reconvenção.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de fevereiro de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI

Relatora

